

PARECER DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA

- A investigação em educação realizada nas últimas décadas tem evidenciado claramente que a avaliação formativa é um poderoso processo de desenvolvimento das aprendizagens dos alunos. Com base no que hoje se sabe a partir de milhares de investigações realizadas nos últimos 30 anos em diversos países, em diferentes anos de escolaridade e no contexto de uma variedade de disciplinas, podem destacar-se os seguintes resultados:
 - Os alunos que frequentam aulas em que a avaliação formativa é a modalidade de avaliação por excelência, aprendem mais e, acima de tudo, melhor do que os alunos que frequentam aulas em que a avaliação realizada é de incidência essencialmente sumativa;
 - Os alunos com mais dificuldades beneficiam muito significativamente do facto de serem avaliados através de estratégias de avaliação formativa;
 - Os alunos que frequentam aulas em que a avaliação formativa é claramente predominante obtêm melhores resultados em avaliações externas, nomeadamente em exames, do que os alunos que frequentam aulas em que predomina a avaliação sumativa;
 - Os alunos que são avaliados através de estratégias de avaliação formativa, desenvolvem aprendizagens mais significativas e mais profundas. Isto é, compreendem melhor o que aprendem e são capazes de transferir tais aprendizagens para contextos diferentes daqueles em que aprenderam.
- Também entre nós, pelo menos desde meados dos anos 80, mas muito particularmente a partir dos anos 90 do passado século, que investigadores e professores têm vindo a sublinhar claramente que a avaliação formativa deve ser a modalidade a privilegiar, nomeadamente para combater os elevados níveis de “insucesso escolar”. A Associação de Professores de Matemática e muitos dos seus associados não têm deixado de apresentar e de discutir o seu entendimento acerca desta questão, sustentando a necessidade de se privilegiarem estratégias de avaliação formativa que contribuam para que professores e alunos ensinem e aprendam de forma mais significativa.
- Talvez por aquelas razões a avaliação formativa tem sido considerada, em todos os normativos legais, pelo menos desde 1991, a modalidade de avaliação a privilegiar no desenvolvimento dos currículos dos ensinos básico e secundário. De facto, todos os despachos normativos produzidos desde então pelo Ministério da Educação destacam claramente a relevância que a avaliação formativa deve desempenhar nos processos de aprendizagem e de ensino (cf., por exemplo, Despacho n.º 162/ME/91; Despacho n.º 98-A/92; Despacho n.º 338/93; Despacho n.º 30/01; Despacho n.º 21/02; Despacho n.º 1/05).

- Acontece no entanto que este investimento essencialmente positivo na produção de normativos legais, raramente tem sido acompanhado do correspondente investimento quer ao nível da produção e distribuição de materiais que apoiem os professores e as escolas no domínio da avaliação formativa, quer ao nível da formação inicial e contínua dos professores dos diferentes níveis de ensino. De facto, pode afirmar-se que a ênfase das políticas educativas não tem estado centrada nos processos de avaliação formativa que se poderiam desenvolver nas escolas e nas salas de aula. Tal ênfase tem estado mais centrada no desenvolvimento de avaliações externas, com particular destaque para os exames nacionais. Por outro lado, a avaliação das aprendizagens em geral e a avaliação formativa em particular, não têm merecido a necessária atenção por parte das instituições responsáveis pelos cursos de formação inicial de professores.
- Como resultado desta falta de investimento e de apoio ao desenvolvimento da avaliação formativa nas escolas e nas salas de aula e ainda na formação inicial de professores, estamos perante uma situação que, de acordo com os resultados da investigação, se caracteriza, entre outros, pelos seguintes factos:
 - Em geral, a avaliação sumativa continua a prevalecer nas escolas e nas salas de aula, correspondendo a um conjunto de práticas de ensino e de avaliação relativamente pobres, onde predomina a utilização de testes como principal meio de recolha de informação acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer.
 - Existe a convicção de que toda a avaliação que se “faz” nas salas de aula é formativa quando, na verdade, o que parece acontecer é uma *avaliação de intenção formativa*. Muitas das práticas correntes de avaliação dita formativa estão baseadas em concepções de ensino e de aprendizagem fortemente enraizadas em perspectivas teóricas da psicologia associacionista e behaviorista. Consequentemente, tais práticas ocorrem **após**, e não durante, um dado período de ensino e de aprendizagem. Trata-se de uma *avaliação formativa de regulação retroactiva* e, por isso, não integrada no processo de ensino e aprendizagem como é desejável e como decorre do que hoje sabemos acerca das formas como os alunos aprendem.
 - Muitos professores consideram que a avaliação formativa é uma *construção teórica* interessante mas de muito difícil concretização prática. Além disso, parece existir a convicção de que a avaliação formativa é dificilmente conciliável com a necessidade de classificar os alunos no final do ano, ou no final de cada período lectivo, e menos conciliável ainda com a necessidade de “preparar os alunos para os exames”.

- A principal função da avaliação é a de melhorar as aprendizagens dos alunos e, concomitantemente, o ensino dos professores. Esta simples afirmação tem implicações de grande alcance na organização e no funcionamento dos sistemas educativos, das escolas e das salas de aula. Na verdade, no caso do sistema educativo português, em que a avaliação está tradicionalmente orientada para a atribuição de classificações, implica mesmo uma mudança cultural profunda.

A questão cultural tem uma relevância que não nos deve deixar indiferentes pois situações tão graves como, por exemplo, o número de alunos que abandonam o sistema educativo ou que ficam retidos num mesmo ano de escolaridade, acabam por ser quase consideradas como normais ou como algo em relação às quais *pouco ou nada poderemos fazer pois são outros que têm de assumir a responsabilidade de resolver esse problema*. A cultura da nossa sociedade parece tolerar com demasiada facilidade, ou mesmo com uma fria indiferença, o facto de, anualmente, o sistema educativo português “chumbar” cerca de duzentos e cinquenta mil alunos.

- É importante clarificar o conceito de avaliação formativa ou, pelo menos, enumerar e discutir algumas das suas características distintivas, nomeadamente as suas funções primordiais. Convirá referir que a avaliação das aprendizagens, e muito particularmente a avaliação que ocorre nas salas de aula, não pode ser encarada como uma mera questão técnica. Ou seja, não pode ser considerada como um mero processo de construção de instrumentos. A avaliação das aprendizagens é, antes do mais, uma *questão* eminentemente pedagógica e didáctica pois está integrada nos processos de ensino e de aprendizagem. Mas é também uma construção social *atravessada* por influências que vão desde as teorias da aprendizagem, da comunicação e da psicologia cognitiva e social até à sociologia, à ética e às teorias sócio-culturais.

Em suma, a avaliação das aprendizagens já não pode confundir-se com uma mera medida ou uma atribuição de classificações, nem com a verificação da consecução de objectivos comportamentais, nem apenas com a formulação de juízos de valor. É, como se disse, uma construção social dinâmica, que emana e é inerente aos múltiplos processos de comunicação que se desenvolvem nas salas de aula. Trata-se de um conceito complexo com uma influência muito significativa no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Se, como atrás se dizia, a avaliação das aprendizagens deve servir para que os alunos aprendam melhor, então a avaliação formativa deve ser a modalidade primordial de avaliação. A avaliação sumativa deve assim estar subordinada aos princípios, aos métodos e aos conteúdos da avaliação formativa. Uma avaliação formativa que se constitua como uma verdadeira alternativa à avaliação de intenção formativa que vai prevalecendo no sistema educativo e em relação à qual se sistematizam agora as suas características essenciais:

- A avaliação formativa deve estar plenamente integrada no processo de ensino/aprendizagem e estar organizada de forma a poder proporcionar um *feedback* de elevada qualidade que ajude a

melhorar as aprendizagens dos alunos, nomeadamente através de processos de auto-regulação, de auto-avaliação e de auto-controlo. Diremos neste caso que estamos perante uma *avaliação formativa de regulação interactiva*.

- Os erros devem ser integrados de forma inteligente num processo didáctico que conduza à superação das dificuldades e à aprendizagem com a participação deliberada e activa dos alunos.
- A avaliação formativa pressupõe a presença deliberada e sistemática de um “sistema” de *feedback* que active os processos cognitivos e metacognitivos dos alunos, que contribua para a regulação e controlo dos seus processos de aprendizagem e que melhore a sua motivação e a sua auto-estima.
- A avaliação formativa “activa” os processos de auto-avaliação, de co-avaliação, de auto-regulação e de regulação das aprendizagens, a desenvolver pelos alunos.
- A avaliação formativa, por natureza, “obriga” à diferenciação pedagógica que se pode desenvolver e pôr em prática com claras vantagens para o ensino e para a aprendizagem.
- A avaliação formativa implica a existência de processos de comunicação que permitam que os alunos, em cada momento, tomem consciência do estágio em que se encontram relativamente ao critério ou critérios previamente definidos e que desenvolvam qualquer tipo de acção destinada a ultrapassar eventuais dificuldades. Neste sentido, parece ser relevante a existência de um quadro de referência (e.g., competências a desenvolver), de um conjunto de critérios e de um conjunto de indicadores que permitam orientar alunos e professores.
- As tarefas propostas aos alunos devem ser criteriosamente seleccionadas e diversificadas, representando domínios estruturantes do currículo, mobilizando processos complexos de pensamento e reflectindo uma estreita relação entre a Matemática e a Didáctica da Matemática, elementos de referência indispensáveis, e a avaliação formativa, que desempenha um papel fundamental na regulação das aprendizagens e do ensino.
- As estratégias, as técnicas e os instrumentos de recolha de informação acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer devem ser suficientemente diversificados. Trata-se de uma das formas que nos deverá permitir uma avaliação mais abrangente e mais consistente das competências matemáticas dos alunos.
- Os alunos têm de ser progressiva, deliberada e activamente envolvidos nos processos de ensino, de aprendizagem e de avaliação, num clima que favoreça a sua participação e uma cultura de confiança e de responsabilidade mútua. Assim, deve gerar-se um ambiente de sala de aula que crie uma cultura de sucesso baseada no princípio de que todos os alunos podem aprender.

- Tendo em conta as considerações acima enunciadas considera-se urgente e necessário que sejam accionadas as seguintes medidas de política educativa que contribuam para que a avaliação formativa integre progressiva e sustentadamente o dia-a-dia das aulas de Matemática:
 - A avaliação formativa que se desenvolve nas salas de aula do 1.º ao 12.º ano de escolaridade e cujo fim fundamental é melhorar as aprendizagens dos alunos, deverá constituir uma das prioridades centrais da política educativa.
 - A planificação e o desenvolvimento da formação na área da avaliação deve ter em conta um adequado equilíbrio entre a Investigação, a Formação e as Práticas. Nestas condições, parece-nos importante que se tomem medidas concretas tendentes a promover a cooperação activa entre as instituições do ensino superior, os centros de formação das associações de escolas e outras entidades formadoras, os professores e as escolas em que estão integrados.
 - Devem ser criados incentivos próprios para a produção e disseminação de materiais de apoio que ajudem a concretizar a avaliação formativa nas salas de aula tendo em vista a melhoria das aprendizagens dos alunos. Em particular, devem privilegiar-se projectos que se proponham disseminar práticas reais de avaliação formativa.

- A Associação de Professores de Matemática, ciente da responsabilidade que lhe cabe nesta matéria e tendo em conta o que tem sido a sua prática, não deixará de desenvolver as acções consideradas necessárias para que, através do seu Centro de Formação, os seus associados possam ter acesso a modalidades de formação na área da avaliação das aprendizagens e, em particular, na avaliação formativa. Simultaneamente, não deixará, como tem vindo a acontecer numa variedade de domínios, de promover e de editar publicações e outros materiais que contribuam para apoiar práticas de avaliação formativa por parte dos professores de Matemática. Por outro lado, a APM continuará a apoiar e a promover a realização de Seminários, que facilitem a discussão, a reflexão e a troca de experiências, e de Projectos de natureza diversa que se desenvolvam nas escolas.

Maio de 2005

Proposta da assessoria de avaliação